

## FICHA TÉCNICA

*Título:* Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte

*Coordenação da edição:* Francisco Ildefonso Lameira

*Edição:* Universidade do Algarve

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de História, Arqueologia e Património

*Capa:* Stefano Malobbia

*Ilustração:* Pormenor da Casa das Figuras - Horta do Ourives (Faro)

*Tiragem:* 500 exemplares

*Execução gráfica:* Empresa Litográfica do Sul S. A.

*Depósito Legal:* 175819/02

ISBN: 972-99685-5-3

RECENSEANDO AS INVARIANTES:  
ALINHAMENTO DE ALGUNS CASOS  
DE MORFOLOGIA  
URBANA PORTUGUESA  
DE PADRÃO GEOMÉTRICO\*

WALTER ROSSA  
Universidade de Coimbra  
ANTONIETA REIS LEITE  
ISADORA COELHO  
NUNO SIMÕES  
PEDRO BARÃO

Um dos maiores obstáculos ao progresso da ciência é o *pré-conceito*. É de facto difícil resistir à tentação de teorizar sobre o vazio e, ainda mais, fazê-lo com a abertura indispensável à sua revisão face ao progressivo conhecimento da realidade.

Lidando em primeira mão com objectos e só depois com factos, a História da Arte está especialmente exposta a esse problema, pois a primeira ideia que se faz de um objecto é o resultado da interacção entre a sua aparência e o nosso conhecimento. Este risco metodológico acompanha em dimensão a complexidade dos objectos, culminando assim na cidade, essa obra de arte imensa, verdadeira síntese de civilização em permanente mudança e que não oferece com facilidade o flanco à ruptura.

A nosso ver, têm sido essencialmente as ideias feitas, a estreiteza de vista metodológica, a ausência de contextualização territorial e a falta da crítica do objecto e das respectivas fontes, a constituir-se no principal ónus do desenvolvimento negativo do estudo do *urbanismo português* do período dos *descobrimentos* e da *era colonial*, em especial no que concerne à sua vertente especificamente artística, enfoque que aqui se nos impõe ter.

Amiúde a *cidade portuguesa* tem sido: massacrada com comparações descontextualizadas com a sua congénere espanhola, ignorando-se as demais; vasculhada e deformada na senda de fenómenos de inovações precoces; vista segundo parcelas de míope italianismo; lida parcelarmente no que respeita ao seu âmbito geográfico e territorial; ignorada como expressão colectiva de uma vivência civilizacional; confundida entre o desígnio e/ou plano e a sua concretização; interpretada em segmentos temporais que em nada correspondem à escala grandiosa da sedimentação de uma cultura, de uma escola, de tendências, etc.

---

\* A vastidão da bibliografia directamente relacionada com a concepção desta comunicação obrigou-se a reduzir a sua referência aos casos explicitamente citados.

Então e a realidade? O que é, afinal, isso de *cidade portuguesa*? Onde é que está o conhecimento?... Em alguns textos frequentemente esquecidos (ou até deliberadamente ignorados), sob a forma de sínteses abertas ao aferimento que só a muito longínqua saturação de estudos de caso permitirá consolidar. É trabalho duro e, compreensivelmente, evitado.

Foi sob este mote temático e metodológico que um grupo de finalistas da Licenciatura em Arquitectura da Universidade de Coimbra se juntou a um docente dando corpo ao seminário<sup>(1)</sup> que conduziu à produção das respectivas Provas Finais (vulgo *teses de licenciatura*), algumas delas em vias de publicação. Claro que a finalidade destes trabalhos não está orientada para a formação de historiadores ou investigadores, mas tão só para fazer dos futuros arquitectos apaixonados pelo saber e pela procura de informação antes de formular propostas e/ou intervir.

Na medida do possível e para tal fim, aqueles alunos finalistas muniram-se previamente dos instrumentos teóricos e metodológicos que os seus colegas de antanho terão utilizado para a produção da matriz formal dos objectos em análise – como o sistema de medidas – e espezitaram a curiosidade em saber como e porquê tinham produzido os objectos urbanos que cada um estudou. A propósito é importante que se diga que, com uma excepção, todos estudaram as suas terras de origem, sendo assim a escolha dos casos absolutamente aleatória.

Do trabalho de cada um, todos diversos na dimensão, enfoque e profundidade, resultaram dados e conclusões seguras sobre alguns dos itens que poderão um dia descritivamente integrar a definição da *cidade portuguesa*, aquilo a que os especialistas – vagamente e ainda sem aprofundar a elencação e caracterização – têm carinhosamente vindo a designar por *invariantes*.<sup>(2)</sup>

Parte dos dados e conclusões de cada um desses trabalhos são passíveis de alinhamento com outros, o que sucede com as *urbanografias* de Valença (Minho)<sup>(3)</sup>,

<sup>(1)</sup> Trata-se do Seminário de Prova Final em *História do Urbanismo e Cultura do Território*.

<sup>(2)</sup> No nosso âmbito disciplinar, o recurso declarado a este termo-conceito da Matemática moderna foi inaugurado por F. Chueca Goitia. Para o efeito ver F. Chueca GOITIA (1966), «Invariantes en la arquitectura hispanoamericana» in *Revista Occidente*, 38, Madrid, 1966 e ainda, por outros, Juan de la ENCINA (1982), *Fernando Chueca Goitia. Su obra teórica entre 1947 y 1960*, Escuela Nacional de Arquitectura de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1982.

<sup>(3)</sup> Isadora Gabriela Afonso COELHO (2001), *Valença do Minho, do núcleo urbano medieval à praça de guerra, evolução de um espaço urbano*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.

Tavira (Algarve, ainda não concluído)<sup>(4)</sup>, Angra (Açores)<sup>(5)</sup> e Salvador (Bahia)<sup>(6)</sup> no que respeita ao cadastro e matrizes métricas de alguns dos seus sectores – ou seja, as raízes das respectivas regularidades indiciadoras de um plano, pré-desenhado ou não. Para se juntar aos seus autores nesta comunicação, o docente acrescentou alguns estudos de sua lavra: Coimbra e Porto<sup>(7)</sup> com mais uma ou outra referência.

Estes casos têm a vantagem de pontilhar o *universo urbanístico português* da rota destes congressos – Portugal/Brasil – mas por certo que em outros rumos se corroboraria o que temos para vos mostrar. Cronologicamente é que não são tão cumpridores, pois recuam sobre a Idade Média, mas as razões para tal ficarão claras daqui a pouco.

Os estudos em torno da expressão artística do urbanismo acabam por andar sempre em torno da *regularidade*. É que, por definição e em tese, a expressividade plástica das estruturas urbanas de morfologia/formação dita *orgânica*, acaba por ser sempre uma resultante da(s) arquitectura(s) e não de uma pré-concepção do espaço colectivo. Daqui resulta a necessidade de entender o que é isso de regularidade, o que embora o não pareça é uma matéria complexa, mas sobre a qual não temos a pretensão de aqui dissertar.

Na bibliografia da especialidade são frequentes as referências a malhas *tendencialmente regulares* ou até, com outras implicações, ditas *medievo-renascentistas*, assim se enunciando um princípio inaceitável que é o da possibilidade de um *frouxo* desejo de ordenamento. Frouxos podem ter sido o poder, a vontade, o processo de urbanização, mas nunca o desígnio de pré-concepção que, pura e simplesmente, existiu ou não – ou seja, não tem graus intermédios.

Essencial à detecção de um eventual desígnio de regularidade na morfologia de um sistema ou conjunto urbano, é a constatação da existência de estruturas cadastrais moduladas, as quais em tese deverão surgir relacionadas com o próprio traçado e dimensionamento do espaço público, nomeadamente com a largura dos arruamentos. Enfim, deverão afectar a globalidade do sistema urbanístico que em boa parte estruturam.

<sup>(4)</sup> Trata-se de um trabalho em fase de finalização da autoria de Pedro Barão.

<sup>(5)</sup> Antonieta Reis LEITE (2000), *Angra – um porto no percurso da Cidade Portuguesa*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.

<sup>(6)</sup> Nuno Miguel Marques SIMÕES (2000), *www.salvador16.crochet.com – análise urbanística – cidade de Salvador da Bahia no séc. XVI*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.

<sup>(7)</sup> Walter ROSSA (2001), *DiverCidade – urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.

Nos edifícios intemporalmente erguidos sobre essas estruturas cadastrais, mas também geométricas e seminalmente indutoras de proporcionalidade, terão quase necessariamente resultado arquitecturas que, apesar de simples, acabam por reproduzir e recriar essas regras compositivas, sendo essa, no fundo, a essência de uma das mais marcantes e características *invariantes* daquilo a que a disciplina designa por *arquitectura de programa*, ou seja, o ar de família de inúmeros trechos de cidades de matriz portuguesa espalhadas pelo mundo.

Para a maior parte dos casos e, lamentavelmente, com maior relevo nas últimas décadas, por ignorância dos autores dos projectos, os processos de renovação obliteraram por completo essa simbiose entre a modulação do traçado urbano e a arquitectura, sendo um bom (aliás péssimo!) exemplo o próprio caso de reconstrução/salv guarda da cidade de Angra, *património da humanidade*, onde o próprio decreto regulador define um dimensionamento de vãos estranho ao que de facto existia antes do terremoto de 1980. Igual acontece aqui bem perto, com os instrumentos constituídos para a salv guarda patrimonial do conjunto urbano de Tavira.

Sem querer avançar na definição desse conceito crucial para a História do Urbanismo Português (a *arquitectura de programa*) – pois decerto que o Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia melhor o fará na comunicação a tal dirigida que tem inscrita para hoje à tarde – importa contudo aqui trazer o que um de nós a esse propósito já oportunamente escreveu: «...na gestão e análise permanente das relações entre a Arquitectura e o Urbanismo [...torna-se evidente a...] fusão de ambos no domínio daquilo a que, disciplinarmente, há muito se convencionou designar por *arquitectura de programa*. Não é ela mais do que a formalização edificada dos desígnios de ordem que sempre presidem a programação, estudo e formulação de um plano. / Nesse domínio [...é...] gratificante verificar como o suporte para esse desiderato é, invariavelmente do século XIII ao XVI, o estabelecimento de uma matriz geométrica com a qual se administra a distribuição do espaço e [...] o estabelecimento do sistema construtivo. Curioso e invariável é que a estrutura conceptual implícita tenha como ponto de partida o quadrado (e consequentemente o cubo), sendo também muito frequente a sua evolução para o rectângulo através do rebatimento da sua diagonal – a proporção de  $\sqrt{2}$ .»<sup>(6)</sup> Com maior sofisticação assim continuou a acontecer com a produção da dita *Escola Portuguesa de Urbanismo e Engenharia Militar*.

A verdade é que a organização regular do espaço é a de desejo mais comum em qualquer tempo ou cultura e a forma mais simples de efectivamente actuar. Por isso teremos de estar atentos a algo mais se queremos compreender os

<sup>(6)</sup> Walter ROSSA, 2001, 848-849.

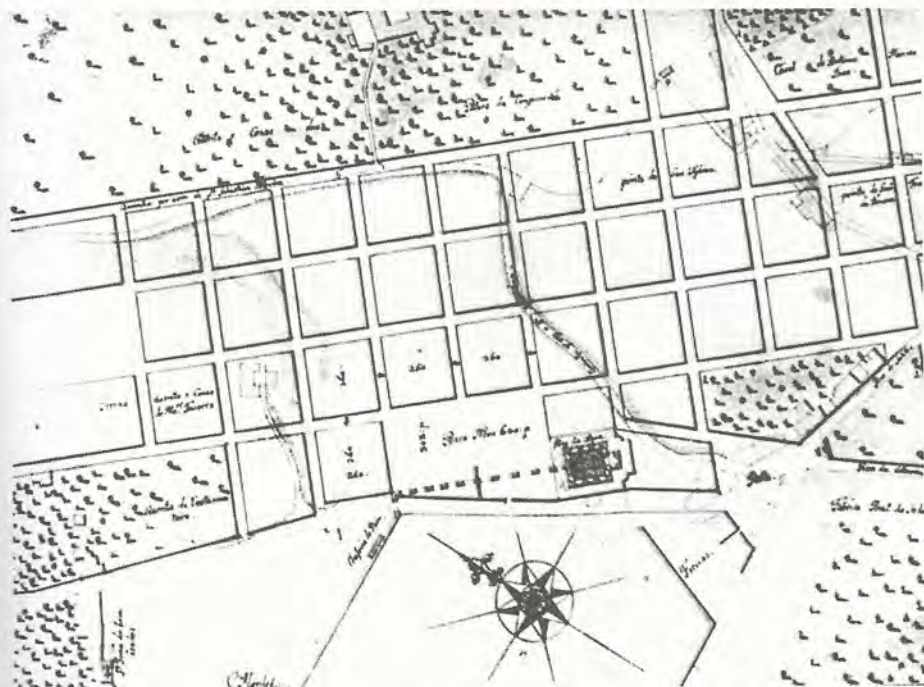


Fig. 1 - Carlos MARDEL, «Plano do Bairro das Águas Livres», Lisboa, 1759 [Museu Nacional de Arte Antiga, Inv. 1648].

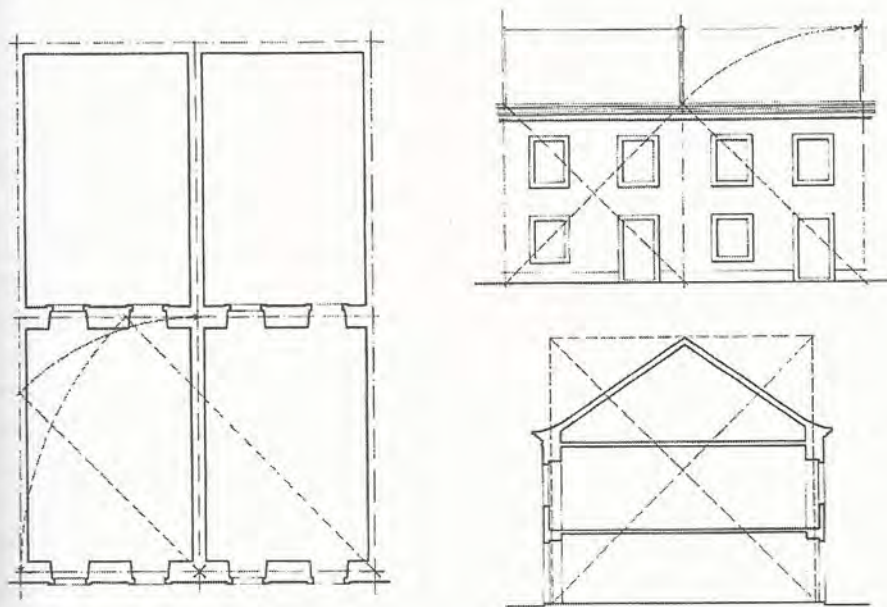


Fig. 2 - Bairro das Águas Livres. Reconstituição do fogo-tipo [W. Rossa, 1990].

mecanismos de concepção e composição que influem na percepção e fruição do espaço público da *cidade portuguesa*.

Depois do trabalho de doutoramento de Horta Correia de 1984 relativo a Vila Real de Santo António<sup>(9)</sup>, o primeiro caso onde vimos confirmada a existência de uma sofisticada *rotina de algebrização* do desenho urbano e arquitectónico da já referida *Escola Portuguesa...*, foi na tese de mestrado de Walter Rossa de 1990, neste caso relativa à urbanização da 2.ª fase da Fábrica das Sedas<sup>(10)</sup>, no Bairro das Amoreiras em Lisboa e também numa urbanização satélite, de iniciativa privada, na actual Rua Maestro de Freitas Branco.

Daí em diante passou a ser muito claro que qualquer realização urbanística da *engenharia militar portuguesa* do período das *aulas do risco* e das *academias de fortificação* obedecia a esses princípios. Só então se tomou conhecimento de um estudo sumário levado a cabo com tal fim por José Manuel Fernandes, que o apresentara em Paris em 1988 num colóquio de título sugestivo, mas que só surgiu impresso bastante mais tarde.<sup>(11)</sup> A relação métrica entre as duas praças e as três ruas da Baixa Pombalina com as demais realizações daquele período na Índia Portuguesa e no sul do Brasil passou a ser uma importante e banal referência.

Na realidade, um escol de profissionais cartesianamente formados sob o primado das matemáticas e da disciplina militar não poderia ter actuado de outra forma. Porém o mais interessante é aquilo que evidenciaram, essencialmente pelo grande rigor e aparato dos conjuntos arquitectónicos e ainda pela obsessão em regar o que organicamente brotara fora de regra. Disso são bons exemplos trechos urbanos tão diversos quanto os abordados em Ouro Preto e Coimbra ou a matriz de cidades inteiras como Goiás ou Goa, esta em três projectos inconsequentes. Como hoje, a cidade regular vingava-se então das permanentes *contaminações* da cidade orgânica. A verdade é que nunca existirá um único caso *puro*, sendo um bom exemplo inverso Vila Real de Santo António, fundada *ex-nihilo* aqui perto.

Essa fase, que poderemos apelar de *clássica*, da *urbanística portuguesa* teve antecedentes, o que aqui verdadeiramente nos importa. Pouco tempo antes dessa ainda verdadeira *caixa negra* (ou *tabu*) da História do Urbanismo Português, que são as oito décadas de dominação espanhola, foram criadas estruturas urbanas que, de certa forma, já nos indicam esse caminho posterior.

<sup>(9)</sup> José Eduardo Horta CORREIA (1984), *Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina*, FAUP, Porto, 1998.

<sup>(10)</sup> Walter ROSSA (1990), *Além da Baixa – indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, IPPAR, Lisboa, 1998, Cap. 9.

<sup>(11)</sup> José Manuel FERNANDES (1988), «L' Inde et le sud du Bresil – Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème siècle» in *Colóquio La Ville Regulière*, Picard Paris, 1997.



A verdade é que o apuramento teórico, metodológico e político-administrativo no sentido do aumento da rigidez geométrica, ocorreu durante a governação dos Áustrias. S. Luís (Maranhão) e Filipeia (hoje João Pessoa) são casos claros de fundação, cadastro e quadrícula espanholas e assim estranhos ao que aqui nos importa. Mas Salvador e Damão, iniciadas em meados do século XVI e consolidadas ao longo de mais de meia década, acabam por, de forma bastante diversa, serem os melhores (se não os únicos) exemplos daquela evolução, sendo sem dúvida Salvador o caso com maiores potencialidades de estudo.

Apesar de muito adulterada, no que diz respeito ao traçado, dimensionamento e cadastro, a primeira fase da urbanização de Salvador, iniciada em 1549, coincide em tudo o que aqui nos trouxe com outros casos anteriores que de imediato abordaremos. A segunda fase, consubstanciada nos momentos da transição entre as dinastias de Avis e dos Áustrias, apesar de uma maior disciplina na implantação e traçado, apresenta um sistema cadastral, métrico e volumétrico extremamente rico.

Na sua morfologia lê-se, de forma clara, a tentativa de conjugação entre a expressão apática da quadrícula espanhola – na qual a quadra é o ponto de partida para toda a estruturação – com a vincada hierarquia viária da tradição do urbanismo medieval de padrão geométrico. Como se sabe, o *lote espanhol* resulta sempre da divisão sucessiva por metades da quadra, enquanto o *lote português* – designemo-lo, quiçá impropriamente, desta forma – é o resultado da partição normalmente geométrica das frentes, a qual é, por regra, directamente relacionável com o próprio dimensionamento da secção da rua e, em progressão de sentido inverso, com o posicionamento e dimensionamento dos vãos.

Por razões óbvias, o *lote espanhol* é menos permeável à influência da topografia e da estrutura urbana no seu todo, enquanto o *lote português* tende a moldar-se a uma lógica que parte da valorização do espaço público como elemento inspirador de todo o sistema compositivo. Como é óbvio, por entre diversas implicações (*invariantes!*) isso tem uma influência fundamental nas respectivas arquitecturas, não só na expressão das frentes de rua – ou seja no já referido domínio da *arquitectura de programa* – mas também na organização interna do lote e das construções. A dicotomia entre pátio e quintal é de facto uma matéria fulcral, mas pela qual não podemos enveredar nesta oportunidade.

Em suma, o plano da fase filipina de Salvador denuncia em registos diversos um princípio compositivo estranho ao *universo urbanístico espanhol* e experimental no que diz respeito ao português.

Claro que as ideias que acabamos de apresentar, por si só têm pouca consistência científica. Apesar da forma necessariamente sumária como o fizemos, salta à vista a necessidade de provar a existência de antecedentes.

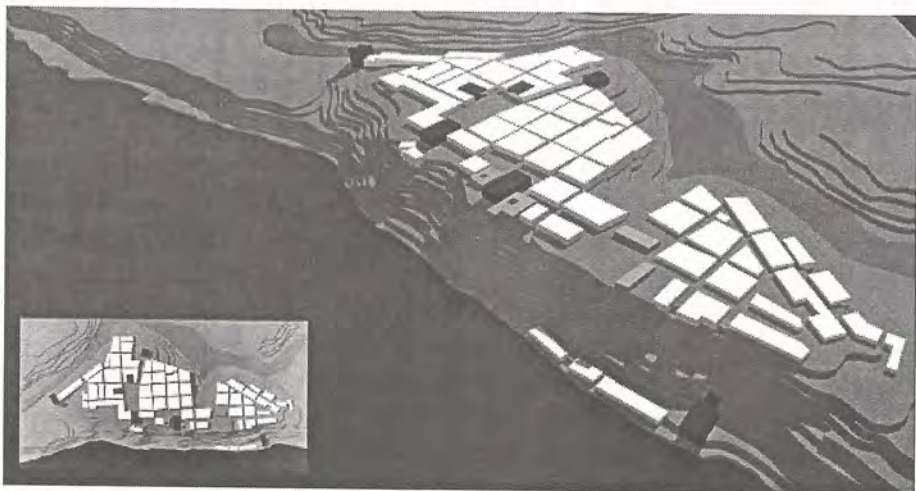


Fig. 3 – Reconstituição em modelo 3D da volumetria de Salvador nas primeiras décadas do séc. XVII [N. SIMÕES, 2000].

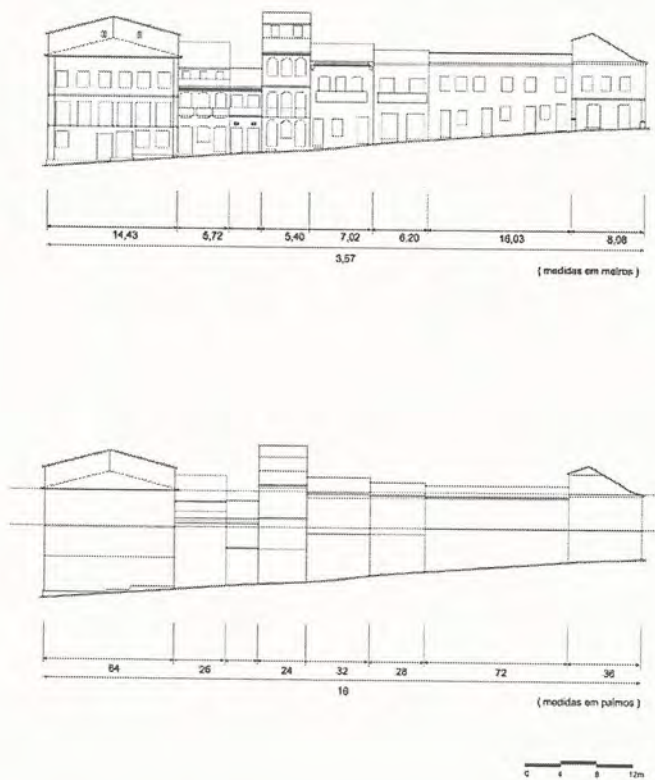


Fig. 4 – Análise algébrico-geométrica (sumária) dos alçados de um quarteirão da Rua Maciel de Baixo em Salvador [N. SIMÕES, 2000].

Como se disse, caso não tivesse sido profundamente transformado, o núcleo inicial – *o forte* de Salvador – seria por certo a melhor prova. Mas Angra, na quadrícula (que afinal não o é) das suas duas fases essenciais – a do 2.º quartel daquele século e a que cronologicamente coincide com a consubstanciação de Salvador – oferece-nos uma boa alternativa.

A imagem 6 mostra-nos a estrutura cadastral e o sistema métrico-compositivo de um dos quarteirões da 1.ª daquelas fases, sendo evidenciado o encadeamento, ou melhor, o seu sistema de relações *algébrico-geométricas*. Note-se também como é aqui bem claro o que atrás se disse acerca da hierarquização do sistema viário pela própria configuração e distribuição dos lotes na composição do quarteirão.

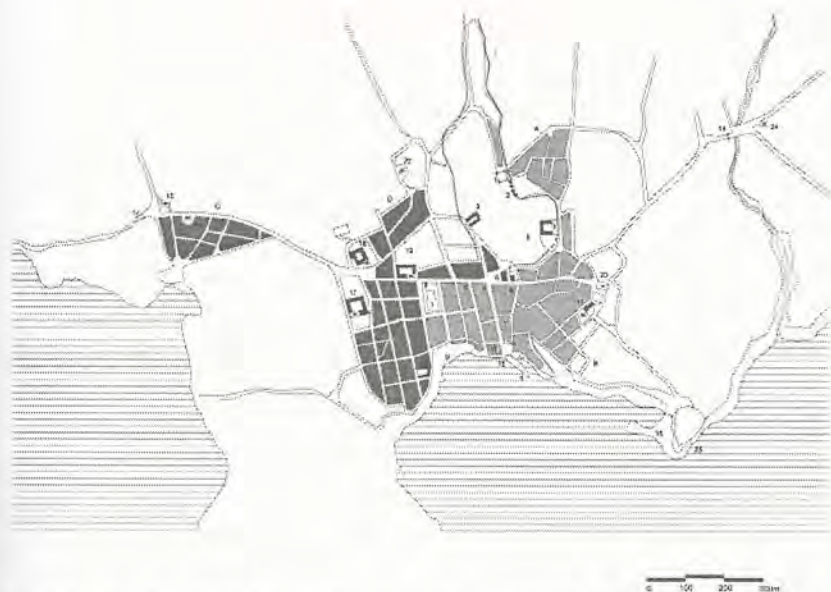


Fig. 5 – As duas fases da *rectícula* de Angra (1.ª a claro e 2.ª a escuro) [A. Reis LEITE, 2000].

Em jeito de parêntesis, veja-se ainda como no fundo foi essa a estrutura seguida dois séculos depois, em realizações como Vila Real de Santo António, a Baixa e o Bairro das Amoreiras em Lisboa. No último destes três exemplos tal ocorrência é particularmente expressiva, pois dá-se sobre uma malha composta em quadrícula, que assim perde o seu desnoite e, apesar de todas as vias terem larguras iguais, funcional e toponimicamente se hierarquizaram em *ruas* e *travessas*.

Agora repare-se na imagem 7 como com uma proporção diversa, mas com um sistema compositivo idêntico, um dos quarteirões da 2.ª fase de



Fig. 6 - Análise algébrico-geométrica (sumária) do cadastro de um quarteirão da Rua Direita em Angra [A. Reis LEITE, 2000].

Angra e, em particular, uma das últimas casas a ali serem erguidas, corroboram tudo quanto até aqui tem sido dito. O mais interessante é a casa analisada, erguida em pleno período de dominação filipina e provavelmente ocupada por soldados espanhóis numa zona que ainda hoje é conhecida como «o quartel», obedece a todo o sistema.

Nesses detalhes é, aliás, idêntica a uma infinidade de outras espalhadas pelo Universo Urbanístico Português, como, já agora, as de um loteamento de iniciativa privada – a Vila Nova – promovido em Aveiro sob alvará de D. Sebastião datado de 1576. Muito adulteradas, as casas das ruas do Vento e do Norte alinhavam-se segundo um rigoroso sistema geométrico, ao longo dessas duas artérias que ligaram o limite norte do antigo arrabalde da cidade a um canal ainda mais para norte.

Para além da semelhança do modelo económico e social destes casos com o do Bairro Alto de S. Roque produzido em Lisboa cerca de três quartos de século antes, é de facto na expressão resultante da interpenetração da

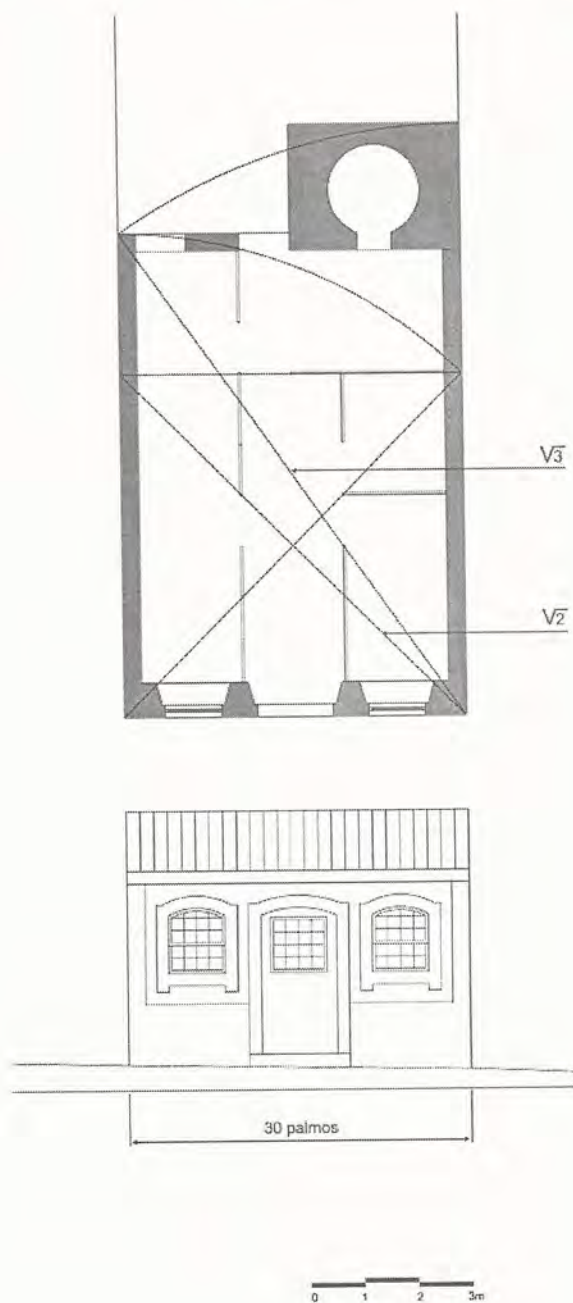


Fig. 7 - Análise algébrico-geométrica (sumária) de uma casa da Rua dos Canos Verdes em Angra [A. Reis LEITE, 2000].



Fig. 8 – Ruas do Norte e do Vento em Aveiro (as paralelas de sentido norte/sul) num detalhe de (anónimo) «Planta da Cidade de Aveiro», último quartel do séc. XVIII [IPCC, Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca, n.º 390].

arquitectura, do espaço urbano e do território – que é, afinal, a verdadeira essência do urbanismo – que reside o interesse da sua breve evocação no contexto desta comunicação.

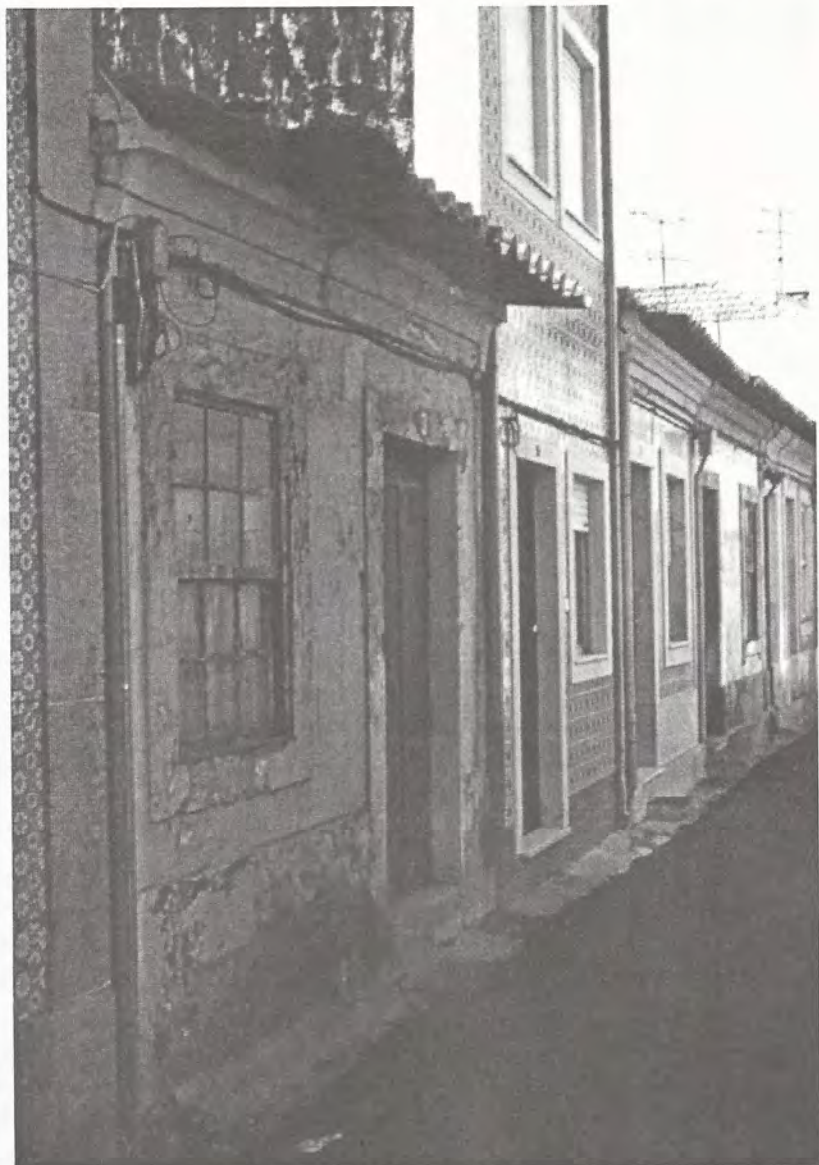


Fig. 9 - Imagem actual de algumas casas do lado poente da Rua do Norte em Aveiro

Outra urbe do reino a registar uma explosão urbana de grande escala na esteira do sucesso da *empresa da expansão* foi Tavira. O estudo ainda em curso tem também vindo a demonstrar como o sistema de organização e composição do espaço urbano ao longo do século XVI coincide com as *invariáveis* que aqui temos vindo a recensear.



Fig. 10 - Análise algébrico-geométrica (sumária) do alçado de um quarteirão da antiga ribeira (Rua Dr. José Pires Padinha) de Tavira [P. BARÃO, 2001].

Claro que a estes casos quinhentistas poderíamos juntar outros já estudados por terceiros, assim consolidando a ideia de já então, no primeiro patamar da Idade Moderna, estar formado o embrião do método e princípios de composição da *escola portuguesa de urbanismo*, a qual se corporizaria após a Restauração e atingiria o auge sob o *consulado pombalino*.

Porém, o mais interessante é que também encontramos tais *invariantes* em realizações anteriores. Apesar das múltiplas transformações a que, como qualquer *praça de guerra* fronteiriça, foi sujeita ao longo da Idade Moderna, a estrutura morfológica e cadastral de Valença denuncia ainda tudo quanto o seu processo de fundação em meados do século XIII e o próprio topónimo indiciam: uma *bastide*.

Curioso é que no seu seio encontremos aquilo que há pouco parecia ser uma conquista da modernidade e, porque não, do desenvolvimento científico/matemático dos *descobrimientos*. A existência de regras de proporcionalidade em alguns trechos do seu cadastro urbano poderia até ser uma coincidência ou uma ocorrência posterior, se não tivéssemos conhecimento de outros casos também medievos e no território português de origem.

No domínio da urbanística, o magnete compositivo do impulso inicial da urbanização da zona portuária do Porto – a Ribeira – é, sem dúvida, a Rua Nova ou, como carinhosamente a apelidou o seu fundador, a Rua Formosa. No domínio estrito da política e da economia, a abertura desta rua por D. João I na rendição do século XIV pelo XV, foi o resultado da montagem de uma notável operação de engenharia financeira. Através dela foi possível





Fig. 11 - Reconstituição planimétrica de Valença em finais da Idade Média [I. COELHO, 2001]



Fig. 12 - Análise algébrico-geométrica (sumária) do alçado de algumas casas do quarteirão de Valença assinalado na imagem anterior [I. COELHO, 2001].

a transferência para a Coroa do senhorio da cidade e, em simultâneo, o estabelecimento no local de um importante pólo marítimo e comercial.

O processo implicou a urbanização e a construção de casas pelo Coroa de um e do outro lado da rua, as quais só então foram comercializadas com um elevado lucro. Independentemente da importância para a História do Urbanismo Português dessa rua/prça – matéria de que um de nós em estudo recente já deu conta<sup>(12)</sup> – interessa-nos aqui fazer notar como os trechos de cadastro existentes levam a crer que, no que respeita à frente para a rua, o loteamento era invariavelmente regular, correspondendo a frente de cada lote a  $\frac{1}{3}$  da largura da rua.

Nem as sucessivas e profundas transformações posteriores daquilo que até há bem poucas décadas foi o centro de negócios da segunda mais importante cidade do reino, logrou apagar essa profunda marca do desígnio regulador e centralista da governação do primeiro monarca da Dinastia de Avis.

<sup>(12)</sup> Walter ROSSA, 2001, 751-757.



Fig. 13 - A Rua Nova (ou Formosa) do Porto (aqui designada por Infante D. Henrique) num detalhe de Augusto G. Telles FERREIRA (dir.), «Carta topográfica da Cidade do Porto», Porto, 1892, fls. 259 e 260.



Fig. 14 - Análise algébrico-geométrica (sumária) de um tramo do cadastro da Rua Nova (ou Formosa) do Porto [W. ROSSA, 2001].

Por último queremos agora recuar ao limiar da nacionalidade. Como de melhor forma já o demonstrou um de nós<sup>(13)</sup>, também a urbanização da Baixa de Coimbra frente ao Mosteiro de Santa Cruz, provavelmente ainda iniciada em vida de D. Afonso Henriques, apresenta evidências inequívocas de um ordenamento *algébrico-geométrico* do seu traçado urbano, o qual se estende do lote, ao quarteirão e à rua. Ainda mais interessante é o facto de se relacionar com o adro e igreja daquele cenóbio agostinho, verdadeiro magnete da cultura, inspiração e legitimação de Portugal enquanto nação independente.

Julgamos não necessitar de mais para deixar claro o que aqui vos viemos propor. Ao que sabemos, data de 1969 a primeira abordagem à existência em território nacional de morfologias urbanas de origem medieval com padrão geométrico<sup>(14)</sup>, e de 1923 a primeira nota sobre as evidências de um processo planeado de povoamento e ordenamento do território, desde a fundação da nacionalidade no século XII, mas com especial destaque nos séculos XII e XIV<sup>(15)</sup>.

<sup>(13)</sup> Walter ROSSA, 2001, 465-472.

<sup>(14)</sup> Jorge GASPAR (1969), «A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média» in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1969, n.º 8, vol./ano IV, 198-215.

<sup>(15)</sup> Alberto SAMPAIO (1923), «As Póvoas Marítimas» in *Estudos Históricos e Económicos*, 2 vols., Editorial Vega, Lisboa, 1979, vol./ano 2.º, 7-100.

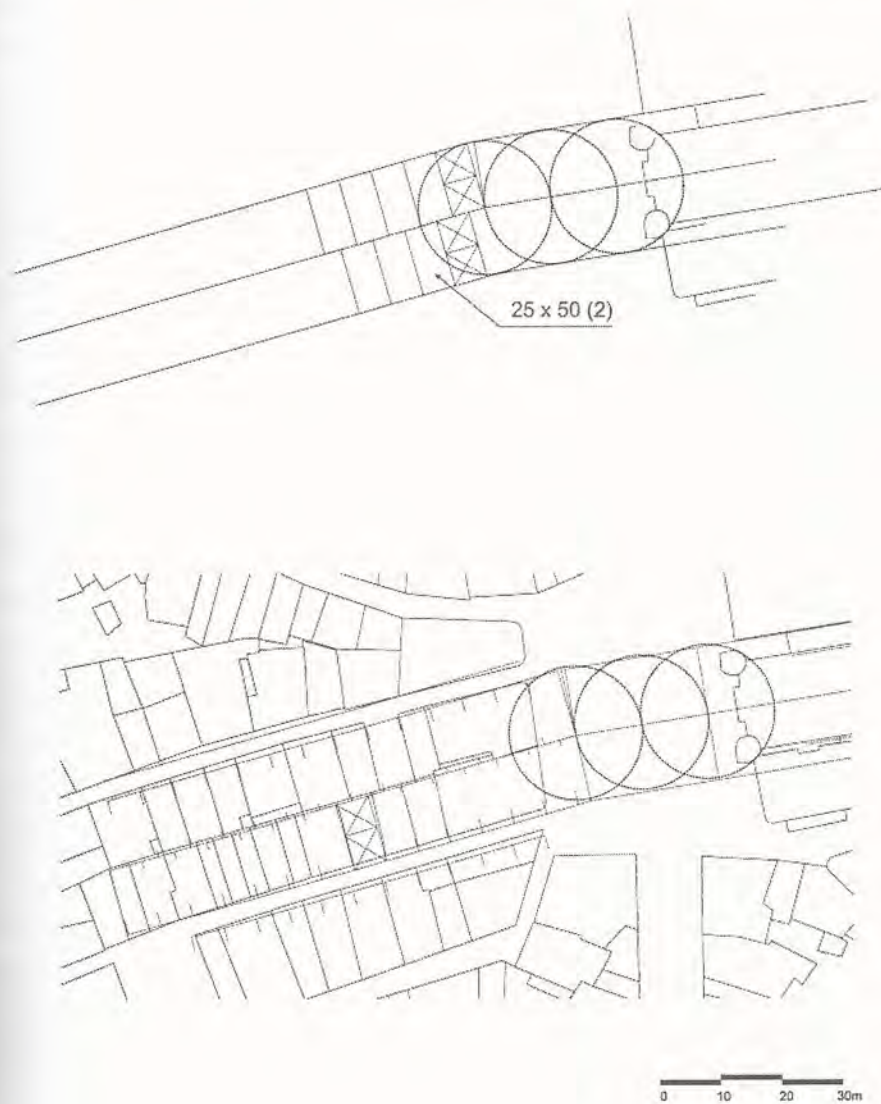


Fig. 15 - *Análise algébrico-geométrica (sumária) do cadastro do quarteirão fronteiro à igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra [W. ROSSA, 2001].*

Apesar de esparsas abordagens recentes, até parece que nunca se logrará romper a esterilidade a que foi votada esta matéria no domínio da História do Urbanismo do Universo Português.

Continuamos inconscientemente empenhados em considerar que Portugal não foi um país europeu durante a Idade Média, quando, aliás, foi o primeiro dos actuais a formar-se enquanto sistema nação-território. Estudamos o papel das civilizações da Antiguidade na Península Ibérica, mas não fazemos as ligações à história nacional. Pelo menos no que diz respeito ao espaço, lemos islamismo um pouco por todo o lado, mas não sabemos efectivamente ao que correspondeu neste extremo do extenso Islão. Etc.

Efectivamente vivemos na redutora, mas confortável, ilusão de que a nossa cultura espacial e do território só floresceu quando sulcámos o mar com destino desconhecido. Como teria isso sido possível sem a existência prévia e forte dessa cultura?... Como teria sido possível consolidar um país sem graves problemas de identidade na ausência de uma política de leitura e ordenamento do território?... Porém, temos consciência de que, séculos mais tarde, só por essa forma foi viável voltar a formar uma nação-território na América do Sul.

A verdade é que as misteriosas *invariantes* de que nos falam muitas das sínteses sobre a arquitectura e o urbanismo castiços existem, só que desde há bem mais tempo do que aquele que por regra se contabiliza. Sem dúvida que isso se deve ao facto de apenas se terem afirmado com maior rigor quando, com o advento da Idade Clássica, se constituíram uma escola e um escol de *engenheiros militares portugueses*. Essas *invariantes* aguardam apenas que um conjunto alargado, metódico e sistemático de *urbanografias* seja construído, para então se proceder a leituras sincrónicas e diacrónicas com a extensão da globalidade da nossa cultura.

Como contributo e estímulo gerais, homenagem ao nosso mestre e anfitrião Horta Correia e declarando a relevância para esta matéria dos estudos de terceiros, registemos então provisoriamente a caracterização de uma dessas *invariantes* da cultura espacial portuguesa. De forma breve e esquemática podemos dizer que a *cidade portuguesa* planeada, anterior ao final do Antigo Regime se caracteriza em parte:

- pela ocorrência de um padrão morfológico e cadastral regular;
- pelo traçado e dimensionamento global em função do espaço público;
- pelo mono-direccionamento da malha e correspondente hierarquização de ruas e travessas;
- pelo recurso a sistemas proporcionais *algébrico-geométricos* abrangentes, os quais se baseiam no quadrado e progridem para rectângulos de proporção  $\sqrt{2}$ ,  $\sqrt{3}$ , duplos, etc.;
- pela integração estrita da arquitectura nesse sistema de relações regulares e proporcionais e consequente florescimento de uma *arquitectura de programa*.